

Espaços e Paisagens

*Antiguidade Clássica
e Heranças Contemporâneas*

Vol. III

**Francisco Oliveira, Jorge Oliveira
e Manuel Patrício**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

A ROMANIZAÇÃO DA PAISAGEM NA LUSITÂNIA

VASCO GIL MANTAS
Universidade de Coimbra

Abstract

The several centuries of Roman domain changed profoundly the Hispanic landscape, physical and human, through a continuum process, we may refer to as Romanization. The establishment of an urban web and a long distance communications network, both well adapted to the local reality and serving a new administrative structure, contributed, as much as the rural settlement patterns then introduced, to the development of the Lusitanian-Roman culture, the *way of life* mentioned by Aelius Aristides as the greatest benefit offered to the people of the Empire. Many of these fundamental changes endured beyond the time of Rome, marking the land and the people of what was once Lusitania.

Keywords: culture, landscape, Lusitania, Romanization.

Palavras-chave: cultura, Lusitânia, paisagem, romanização.

Os vários séculos de domínio romano na Hispânia marcaram profundamente a paisagem peninsular, transformando-a política e fisicamente. Ao contrário dos anteriores contactos mediterrâneos, de alguma forma sempre limitados no tempo e nos objectivos, a integração do território hispânico no mundo romano permitiu o desenvolvimento de uma dinâmica integradora, largamente inspirada pelo poder central, que podemos identificar como romanização¹. Numa fase inicial da presença romana na Península Ibérica, na verdade praticamente durante todo o período republicano, esta vontade de modificar a realidade local conheceu fraco desenvolvimento, limitando-se a uma imposição da soberania que apenas numa ou noutra situação conduziu à formação de núcleos romanizadores significativos e actantes².

O quadro que escolhemos obriga a duas explicações preliminares, considerando as suas características artificiais do ponto de vista administrativo e as diferenças naturais que enriquecem a paisagem física. Com efeito, a província Lusitânia resultou de um processo evolutivo pragmático, através do qual o seu território (Fig. 1), inicialmente uma área de intervenção militar a norte do Tejo, sofreu alterações até se fixar com a última das reorganizações empreendidas por Augusto³. No interior destas fronteiras as fontes de época

¹ J.C. Barret 1997. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras desta comunicação. Abreviaturas utilizadas no texto: J. d'Encarnação (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras (= IRCP); E. Hübner (1869), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, *Consilio et Auctoritate Academiae Litterarum Regiae Borussicae Editum*, Berlim, Reimer (= CIL).

² M. A. Marin Diaz 1988 251-256.

³ Dião Cássio, 54.25; P. Le Roux 1982 69-72.

imperial situaram quatro populações, difíceis de distinguir em termos de registo arqueológico: Celtas, Túrdulos, Lusitanos e Vetões⁴. Julgamos que esta diversidade resulta, em primeiro lugar, de aspectos relacionados com a base económica de cada um destes grupos à época da conquista romana, em larga medida relacionada com a região que ocupavam.

A variedade da paisagem lusitana é, em parte, explicação suficiente para estilos de vida distintos e para diferentes soluções de enquadramento destas populações por parte da administração romana, conduzindo com frequência os investigadores a resvalarem na velha apreciação dos maiores e menores graus de romanização. Basta comparar a paisagem alentejana com a de algum rincão nortenho para se compreender imediatamente a inexistência de um modelo, ou melhor, de uma prática única de romanização, pois os objectivos da administração romana não deixaram de ter em conta, naturalmente, as realidades sócio-económicas regionais. Esta percepção da diferença, motivadora de respostas adaptadas, é evidente, por exemplo, nos escritos de Estrabão sobre a Hispânia⁵.

Quando falamos de romanização da paisagem referimo-nos à introdução nesta, independentemente das suas características naturais, de elementos característicos da civilização romana. O conceito romano de paisagem implica uma visão agónica, resultante da oposição entre *natura* e *cultura*, patente de forma muito clara em autores como Terêncio, Cícero, Tito Lívio ou Hígino. Uma paisagem romana só pode ser uma paisagem com forte marca antrópica, ou seja, uma paisagem transformada pelo esforço do homem. As cidades, as vias, os campos trabalhados e os mares navegados fazem parte dessa ideia romana da submissão da natureza para bem da humanidade⁶, organizada em comunidades morais em torno da lei e sancionadas pela divindade. A paisagem romana, tantas vezes estilizada no interior das próprias casas através de jardins e pinturas⁷, é uma paisagem cultivada, oposta aos desertos vazios de que falou Élio Aristides, contrapondo-os ao mundo transformado pela hegemonia romana⁸. É essa ideia de mundo ordenado que o conhecido relevo achado no Lago Fucino (Fig. 2), ilustrando uma cidade de traçado ideal e os campos adjacentes, humanizados pela presença das *villae*, transmite com a força habitual da arte italiota⁹.

É evidente que a intervenção na paisagem não se iniciou no território lusitano com a presença romana, mas é com ela que surgem elementos comuns a todo o território e suficientemente fortes para, com frequência, prevalecerem como marcas facilmente identificáveis nas paisagens posteriores, directamente ou através de estudos de geoarqueologia, consoante o tipo de vestígios em causa. Mas, para além dos traços materiais da elaboração de uma paisagem que foi

⁴ J. Alarcão 1990 352-359.

⁵ Estrabão, 3.1.2; 1.6.

⁶ Juvenal, *Schol.*, 12.75; F. S. Kleine 1991 182-192.

⁷ J. Alarcão, R. Étienne 1981 69-80; S. Settis 2002.

⁸ Élio Aristides, *Or. Rom.*, 94-96.

⁹ M. Wheeler 1964 186-187, 243.

o cenário da civilização luso-romana, construída durante séculos, outros há, imateriais, talvez por isso mesmo menos sensíveis a uma análise imediata, mas que constituem a essência de uma maneira de estar e de sentir próprias de uma cultura que assenta a sua identidade indeclinável, de uma ou de outra forma, no legado material e espiritual da romanidade e das relações atlânticas.

Uma das primeiras grandes modificações introduzidas pelo domínio romano verificou-se a nível da paisagem política, em primeiro lugar criando as províncias a partir dos dois grandes espaços operacionais em que se dividiu a Península Ibérica durante os dois séculos do período republicano. Foi um processo algo complicado, que conheceu diversos ajustamentos, susceptíveis de interpretações nem sempre coincidentes¹⁰, processo largamente condicionado pela evolução da política interna romana e das diferentes opções do centro do poder para com as áreas dominadas. Não se trata já de uma amálgama de *populi*, belicosos ou colaborantes, ocupando espaços sem outro tipo de relações entre si a não ser aquelas ditadas por factores ocasionais, de colaboração ou conflito, mas sim de territórios onde estes povos, sujeitos eventualmente a operações de reordenamento e fixados dentro de fronteiras definidas oficialmente e materializadas através de padrões, quando necessário, se integram num todo submetido a uma autoridade superior e geral, o governador da província, estabelecido numa cidade distinguida com a função, nova, de capital permanente do território.

Neste quadro se insere a criação das *civitates*, definidas em grande parte a partir de territórios tribais, dotadas de uma capital, estabelecida numa povoação já existente ou, como parece ter acontecido maioritariamente no interior da Lusitânia, construída de raiz. Este processo situa-se, com uma ou outra excepção, no cenário da reforma augustana, ainda que a questão do estatuto jurídico destas comunidades se mostre mais complexa que a cronologia do seu estabelecimento. Seja como for, não há argumentos sólidos contrários à criação das *civitates*, que não seriam sistematicamente confinantes e que poderão ter conhecido alterações nos seus limites, *civitates* que ficaram a constituir o mosaico político-administrativo fundamental do território lusitano. O que levou a administração imperial a escolher esta povoação indígena e a preferir aquela, quando tratou de definir as diferentes capitais regionais, nem sempre é de fácil entendimento. Razões de ordem política, seguramente, e económicas, facilmente compreensíveis em casos como o de *Olisipo* (Lisboa) ou de *Myrtilis* (Mértola), explicarão a continuidade e expansão conhecidas por alguns destes centros na época romana, enquanto que a dinâmica introduzida pelos colonizadores implicou, em determinadas circunstâncias, soluções novas.

Assim, a rede urbana desenvolvida para servir a administração, pois era esta a sua função principal, naturalmente aliada à criação de referências ideológicas fundamentais, contou com uma razoável diversidade, parcialmente relacionada com antecedentes pré-romanos, verificando-se que, mesmo as cidade novas, mostram notáveis diferenças entre si, reflectindo as características específicas

¹⁰ F. Martín 2003 593-609; V. Mantas 2004 73-76.

da região onde foram construídas¹¹. No Alentejo, a cidade de *Ammaia* conheceu uma dimensão excepcional, quando comparada com outras situadas na interior da Lusitânia, o que reflecte a sua localização numa zona onde coexistem outros grandes centros urbanos relativamente próximos, caso das colónias de *Norba Caesarina* (Cáceres) e *Emerita Augusta* (Mérida), bem como do município de *Liberalitas Iulia Ebora* (Évora), exemplos prestigiosos de uma bem conseguida romanização das gentes e da paisagem. A maior parte destas cidades incluíram no topónimo romano o seu nome primitivo ou uma referência étnica, existindo em toda a província poucas cidades com denominações exclusivamente latinas, entre as quais se contam quatro das cinco colónias lusitanas.

A maior parte destes centros urbanos surgiram como cidades peregrinas, com uma organização administrativa inspirada na organização típica dos municípios italianos, alcançando posteriormente o direito latino e o título municipal, que podem não coincidir cronologicamente¹². O processo evolutivo de promoção jurídica das cidades deixou testemunhos seguros na epigrafia, como demonstra uma inscrição de *Capera* (Ventas de Cáparra), onde se refere *M. Fidius Macer*, construtor do conhecido arco monumental, como magistrado (*magister*) e depois duúviro¹³. Se algumas destas cidades luso-romanas respeitaram traçados anteriores, como sucedeu em *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), outras conheceram um traçado urbano regular, ortogonal, inspirado na cidade ideal romana, como aconteceu em *Ammaia*, por exemplo (Fig. 3), impondo definitivamente a sua memória na estrutura das cidades actuais, como em Mérida, Évora ou Beja. Pelos finais do século I, marcado pelas promoções flavianas, a Lusitânia contava com uma rede urbana razoável, ainda que longe de igualar a de outras regiões peninsulares, mas que ainda assim somava uma meia centena de cidades, parte das quais subsistirão até aos nossos dias, sobretudo no território ocidental da Lusitânia, entre os principais centros urbanos portugueses.

A presença destas cidades teve consequências significativas a nível do reordenamento das áreas suburbanas, ainda que o crescimento em períodos posteriores tenha obliterado, em muito casos, os vestígios de elementos característicos da paisagem periférica¹⁴, como necrópoles, pequenos santuários, instalações fabris ou habitações, desaparecidos pela acção urbanizadora ou devido à industrialização, sobretudo a partir do século XIX. A periferia urbana, numa área radial de meia dúzia de quilómetros, dependendo das facilidades de comunicação, constituía uma zona de grande importância no tocante à sustentabilidade das cidades, nela se situando grande parte das actividades que garantiam a sua subsistência. É interessante verificar a presença de autênticas constelações de sítios, de categoria diversa, que envolvem as cidades e mesmo algumas aglomerações secundárias (Fig. 4), como acontece, por exemplo, em

¹¹ B. Cunliffe 1995 5-28; J. Alarcão 2006 180-182.

¹² P. Le Roux 1995 83-85; V. Mantas 2006 49-92.

¹³ E. Cerrillo et alii 1995: 206-209; *CIL* II 834, 836.

¹⁴ J. Alarcão 1999 31-37.

Lacobriga (Lagos) e em *Ierabriga* (Paredes, Alenquer). Também este aspecto marcou vigorosamente a paisagem luso-romana.

O exercício das funções de ordem administrativa e ideológica conferidas às cidades obrigava a um equipamento operacional e de prestígio que, desde logo, as distinguiu dos povoados indígenas mais ou menos romanizados que, naturalmente, continuaram a existir um pouco por toda a província, atingindo nalguns casos, como Las Merchanas, na região de Salamanca, dimensões que superavam largamente a área construída de numerosas cidades. Como é evidente, a dimensão constituía um aspecto secundário neste contexto. Todavia, se as cidades capitais podiam ser pequenas, e algumas eram realmente muito pequenas, era imprescindível que o equipamento urbano contasse com os monumentos considerados essenciais para o exercício da capitalidade. Um desses monumentos era o fórum, conjunto de edifícios ao serviço da vida religiosa, política, judicial e económica, centro moral da cidade, cujos restos impressionam ainda a paisagem rural e urbana do que foi a Lusitânia, como em Caparra ou em Évora. Entre os monumentos relacionados com a *utilitas*, e esta pode ser compreendida duplamente, como serviço aos cidadãos e elogio da majestade estatal, devemos destacar termas e edifícios de espectáculo, elementos indispensáveis da prática e propagação do estilo de vida romano¹⁵. Os últimos, pelas dimensões que lhe eram próprias, impuseram a sua imagem, quer na paisagem urbana antiga, quer, sob diversas formas, na actual¹⁶, independentemente da qualidade arquitectónica, excelente numa cidade como Mérida (Fig. 5), muito modesta noutras, como Bobadela.

A existência de uma rede urbana coerente exigia, fundamentalmente pelas mesmas razões administrativas, uma rede viária funcional. Esta foi construída e modificada ao longo dos vários séculos do domínio romano, ainda que os grandes eixos, largamente estabelecidos sobre troços de caminhos pré-romanos e sobre corredores de circulação utilizados anteriormente, caso da via pelo litoral lusitano a norte de Lisboa ou pela chamada *Via de la Plata*, através da Vetónia. As estradas, de vários tipos, com especial destaque para as vias do *cursus publicus*, por vezes identificadas nos miliários como vias militares e construídas cuidadosamente, representavam uma teia de elementos estruturantes da paisagem, suficientemente fortes para definirem divisões territoriais posteriores e persistirem como base do sistema de comunicações até às grandes alterações da Revolução Industrial, quando os caminhos de ferro reproduzem os princípios das grandes estradas romanas, lançadas para estabelecer comunicações entre pontos importantes do território da forma mais directa possível.

A rede viária romana facilitava as comunicações a longa distância, eliminando ou atenuando significativamente os particularismos locais, ainda que a *civitas* pareça ter permanecido como referência identitária básica, o que, numa província com as características artificiais que se reconhecem

¹⁵ G. Picard 1965 41-49; M. Grant 1995 50-59.

¹⁶ R. Chevallier 1964 164-168, 205.

na Lusitânia, não pode ser considerado anormal¹⁷. Na verdade, situação semelhante à que as vias do Império facultaram, só a voltará a conhecer a Europa muitos séculos depois, quando o Estado moderno começa a impor-se gradualmente. Para compreendermos o alcance do impacto das estradas na paisagem lusitana bastará considerar, para além dos vestígios arqueológicos sobreviventes, o efeito que teve na imaginação de épocas posteriores, quando cultos e não cultos louvaram e admiraram, cada um à sua maneira, a obra viária romana, garante de uma mobilidade até então desconhecida. As estradas implicavam a existência de uma paisagem peculiar, para além das modificações que imprimiam, por vezes de forma definitiva, nas regiões que atravessavam, paisagem construída pela presença de elementos característicos, tais como pontes, miliários e estações viárias.

As pontes, localizadas nos locais mais convenientes de travessia de rios, ajudaram a fixar os traçados, condicionando assim os padrões de povoamento desta ou daquela região, constituindo mesmo elementos funcionais essenciais de determinadas cidades, como Mérida, Coimbra ou Salamanca (Fig. 6). As pontes urbanas ou construídas em meio rural, como a de Vila Formosa, na estrada *Emerita-Olisipo*, ou a formidável ponte de Alcântara, sobre o Tejo, eram também monumentos simbólicos da hegemonia romana e do que ela permitia fazer, unindo gentes que só assim conheceram a ordem e a paz. A célebre inscrição da ponte de Alcântara, indicando os povos que contribuíram para a sua edificação (*CIL II 760*), é exemplar da capacidade política desta grandeza pragmática, naturalmente ignorada pelos cultores da chamada pós-colonialidade. Preferimos antes a antítese das realizações romanas e da sua marca na paisagem tal como a encontramos em Herculano, quando opõe a natureza selvagem da torrente do Sália, agora atravessada por uma árvore tombada, às ruínas da ponte romana, sinal de tempos menos bárbaros¹⁸.

Sobre miliários já se escreveu muito, banalizando, até, o que o não era. Mais raros do que se pensa, pois só as grandes vias os possuíam, a suas funções não se limitavam à indicação de informações estritamente viárias, pois se revestiam de outras potencialidades colaterais. Com efeito, estamos perante um dos mais interessantes exemplos da chamada *literatura de rua*, colocada ao serviço da propaganda imperial e, simultaneamente, ao serviço da difusão do Latim e daquilo que poderemos designar, simplesmente, como paisagem cultural luso-romana. Mas não fica por aqui a influência da presença dos miliários nos campos. Materializando pontos de referência na paisagem, muitos assim subsistirão, mesmo perdida a função viária, ou a sua memória persistirá ligada a um determinado local, muitas vezes sob a forma de um topónimo, como por exemplo, Quarto, seis quilómetros a norte de Castro Marim, ou Achete (*Ad Septimum*), a cerca de 11 quilómetros de Santarém. A análise cronológica dos miliários permite ainda detectar alterações na

¹⁷ V. Mantas 2004 82-83.

¹⁸ A. Herculano (s/d): 159-161.

paisagem provocadas por modificações nos traçados, por vezes implicando o abandono ou a decadência de troços anteriores.

As estações viárias constituíram também, fossem *mutationes* ou *mansiones*, núcleos de povoamento, particularmente importantes nas zonas menos urbanizadas, pois funcionaram como elementos de atracção e de concentração do povoamento, introduzindo elementos de tipo urbano onde eles não existiam. Uma *mansio* contava com um grupo de edifícios que podia ser importante, destacando-se termas, albergaria, instalações para o pessoal e animais, oficinas e, seguramente, um local de culto. As *mansiones*, quando situadas no campo, deram origem a pequenas povoações, *vici*, como pensamos ter acontecido, apesar de propostas divergentes, com a Torre de Centum Celas, perto de Belmonte. Infelizmente, em parte pela razão referida, conhecem-se mal estes importantes elementos da paisagem lusitana, núcleos básicos da urbanização. Os santuários, junto das estradas ou afastados delas, representaram também elementos relevantes da paisagem provincial, mesmo quando apenas renovados na época romana. A multiplicidade de inscrições votivas, sobretudo consagradas a divindades indígenas, achadas em ambiente rural, não permite dúvidas a esse respeito, não sendo difícil imaginar a influência dos grandes santuários, como o de Santana do Campo (Arraiolos) ou de S. Miguel da Mota (Terena), na estruturação regional da paisagem provincial, ainda que os locais fossem já frequentados antes do domínio romano, o que não é absolutamente seguro.

Um dos elementos fundamentais da romanização da paisagem consistiu na introdução de um novo padrão de povoamento rural e litoral assente nas *villae*. É claro que antes da colonização romana existia um povoamento rural, cujas características variavam de região para região e que continuamos a conhecer mal. As *villae*, pelo contrário, representam um modelo de exploração e de organização dos campos que já foi considerado como a expressão mais simples do urbanismo romano¹⁹, estendendo-se a todo o território. As diferenças arquitectónicas que estes estabelecimentos rurais mostram entre si, sobretudo os das regiões setentrionais da Lusitânia enquanto comparados com os das regiões litorais e meridionais, resultam, fundamentalmente de razões de ordem prática, verificando-se a existência de modelos básicos adaptados às diferentes condições do território. Reconhecida a inspiração tipológica comum destas *villae*, devemos admitir que a presença próxima ou afastada de centros urbanos exerceu inegável influência sobre o seu aspecto, mais do que sobre as suas funções. As *villae*, independentemente da sua categoria, constituíram elementos característicos da paisagem lusitana (Fig. 7), impondo, pela sua dispersão, uma nova estruturação dos campos. Ao mesmo tempo, se quisermos conservar alguma coisa da tese da atlantização do povoamento, então é a nível das *villae* que o poderemos fazer. Finalmente, não podemos esquecer a vizinhança quase simbiótica que muitos destes estabelecimentos

¹⁹ J.-G. Gorges 1990 91-113.

tiveram com *vici* e *castella*, onde vivia a maior parte da força de trabalho necessária.

Quanto às centuriacões e operações cadastrais, que parecem agora *sub iudice*, por razões nem sempre claras, deixaram marcas na paisagem e, para os que delas duvidarem, restam sempre os escritos dos *gromatici* que as referem, por exemplo, em relação ao território de Mérida e ao de Salamanca²⁰. A este propósito recordamos que a prospecção sistemática efectuada em torno da *villa* de S. Cucufate, abrangendo uma área de cerca de 2800 hectares situada na zona setentrional da centuriacão de *Pax Iulia* (Beja), comprovou a existência contemporânea de sete *villae*, o que atribue a cada uma delas uma área de exploração aproximada da que foi concedida aos colonos de Mérida. É provável que nalguns cadastros se tenham apenas marcado o *Cardo* e o *Decumanus*, definindo as grandes linhas da organização do território. No caso de Beja, a centuriacão augustana corresponde ao tipo de paisagem ideal, aquela em que os eixos orientadores do urbanismo organizam também o *ager* colonial²¹, posteriormente sujeito, como tantos outros, a uma operação de *renormatio*, talvez no período tetrárquico, por razões fiscais. No território lusitano sobrevivem outros traços mais ou menos evidentes de centuriacões coloniais e de cadastros (Fig. 8), ilustrando a preocupação romana na construção de uma paisagem domesticada²², que podemos, em muitos casos, considerar monumental.

A gestão da água, de forma completamente nova e a uma escala só muito recentemente ultrapassada, foi outra das novidades introduzidas na paisagem pelo domínio romano, sem excluirmos a hipótese de, num ou noutro local da Hispânia meridional, ter existido alguma coisa rudimentar, por influência fenício-púnica. Barragens, aquedutos e reservatórios passam a enriquecer a paisagem lusitana²³, quer se destinem ao abastecimento de cidades, *villae* ou explorações mineiras ou industriais. A civilização romana foi, entre outras coisas, uma civilização da água, inclusive da água monumentalizada. Os aquedutos de Mérida, as barragens alentejanas e algarvias ou a bacia e *castellum* elevatório do aqueduto de *Conimbriga* são excelentes exemplos da capacidade técnica romana e da preocupação com um recurso fundamental para a vida urbana e para a nova agricultura e pecuária (Fig. 9), seguramente enriquecida por espécies exóticas.

Gostaríamos de continuar, pois resta muito para dizer. Lembramos apenas as grandes transformações sofridas pela paisagem devido às explorações mineiras, da maior importância na economia provincial, assim como pelas pedreiras e actividades fabris diversas, caso da produção massiva de preparados piscícolas e de ânforas e materiais de construção cerâmicos²⁴. Não

²⁰ Higino 1996 24-29 (Th.135-136); Frontino 1998 4-7, 32-33 (Th.1-2, 9).

²¹ Higino 1996 59-61 (Th.144).

²² Uma obra recente questiona, de forma polémica e a merecer leitura crítica, princípios sobre os quais se estabeleceram sólidas análises de estruturas cadastrais antigas: G. Chouquer 2007.

²³ A. Quintela et alii 1986.

²⁴ J. Alarcão 1990 409-441.

esqueçamos também que muitas destas actividades implicavam larguíssimos consumos de madeira, o que, em certas regiões, terá tido influência no coberto vegetal, explicando, talvez, a obrigatoriedade do concessionário das termas de *Vipasca* (Aljustrel) manter uma reserva de lenha (*CIL* II 5181=*IRCP* 142).

É indiscutível que o domínio romano introduziu alterações de vulto na paisagem da Lusitânia, quer do ponto de vista puramente estético, o que apenas aparentemente pode parecer secundário, quer quanto à construção de um ordenamento inspirado por princípios muito diferentes dos antecedentes, mesmo quando se aproveitou alguma coisa pré-existente, tudo partindo de e conduzindo a uma nova interpretação do espaço, dos recursos e do povoamento, traduzida na criação, se assim o podemos dizer, de novas funções para a paisagem. Heidegger defendeu ser a temporalidade indissociável da palavra, ou seja, da acção, se quisermos reinterpretar o seu pensamento. Foi a acção que marcou o tempo romano na Lusitânia e as paisagens de então e de agora proclamam o triunfo dos que não se limitaram a vencer pelas armas, conferindo sentido a mais de meio milénio de história peninsular.

Anexos



Fig.1. A Lusitânia e os Lusitanos no século II

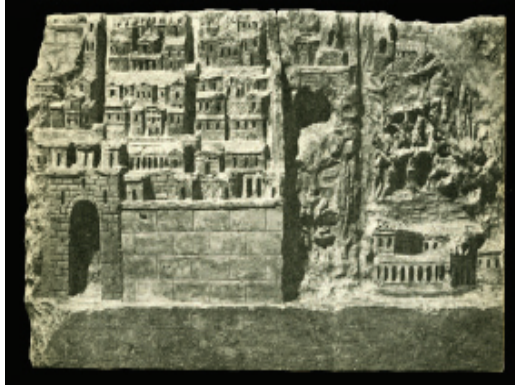


Fig.2. Cidade e campo no relevo de Avezzano (Colecção Torlonia)



Fig.3. Urbanismo ortogonal na cidade de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha)



Fig.4. Povoamento romano em torno de *Ierabriga* (Paredes)



Fig.5. O teatro e o anfiteatro de Mérida em 1968



Fig.6. A ponte de Salamanca, parcialmente reconstruída



Fig.7. A *villa* romana de S. Cucufate (Vidigueira) e a paisagem envolvente

Bibliografia

1. Edições e traduções

- Dião Cássio (1969), *Dio's Roman History* (trad. E. Cary). Londres, The Loeb Classical Library.
- Élio Aristides (2007), *A Roma* (trad. F. Fontanela). Pisa, Edizioni della Normale.
- Estrabão (1960), *The Geography of Strabo* (trad. H. L. Jones). II. Cambridge (USA), Harvard University Press.
- Juvenal (1979), *Juvenal and Persius* (trad. G. G. Ramsay). Cambridge (USA), Harvard University Press.
- Frontino (1998), *De Agrorum Qualitate* (trad. O. Behrends et al.). Luxemburgo, Commission Européenne.
- Higino (1996), *Constitutio Limitum* (trad. M. Clavel-Lévêque et al.). Nápoles, Editrici Eugenio Jovene.

2. Estudos

- J. Alarcão (1990), “O domínio romano” in J. Alarcão, coord., *Nova História de Portugal*. I. Lisboa, Editorial Presença, 344-441.
- J. Alarcão (1999), “Os arredores das cidades romanas de Portugal”, *Archivo Español de Arqueología* 72 31-37.
- J. Alarcão (2006), “Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia” in D. V. Gil e J. F. Murillo Redondo, coords., *El concepto del provincial en el mundo antiguo*. Córdoba, Universidad de Córdoba, 175-188.
- J. Alarcão, R. Étienne (1981), “Les jardins à Conimbriga (Portugal)” in E. B. MacDougall e W. F. Jashemski, eds., *Ancient Roman Gardens*, Dumbarton Oaks Library, Washington, Harvard University Press, 69-80.
- J. C. Barret (1997), “Romanization: a critical comment”, in D. J. Mattingly, ed., *Dialogues in Roman Imperialism*. Portsmouth (USA), The Society for the Promotion of Roman Studies, 51-64.
- E. Cerrillo et al. (1995), “Excavaciones en el forum de Cáparra. La curia”, *Extremadura Arqueológica* 5 195-209.
- R. Chevallier (1964), *L'avion à la découverte du passé*. Paris, Fayard.
- G. Chouquer (2007), *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- B. Cunliffe (1995), “Diversity in Landscape: the geographical background to urbanism in Iberia” in B. Cunliffe e S. Keay, eds., *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia*. Oxford, Oxford University Press, 5-28.
- J.-G. Gorges (1990), “Villes et villas en Lusitanie” in J.-G. Gorges, org., *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 91-113.
- M. Grant (1995), *Art in the Roman Empire*. Londres, Routledge.
- A. Herculano (s/d), *Eurico o presbítero*. Lisboa, Europa-América.

- F. S. Kleine (1991), “The trophy on the bridge and the Roman triumph over nature”, *L’Antiquité Classique* 60 182-192.
- P. Le Roux (1982), *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques d’Auguste à l’invasion de 409*. Paris, De Boccard.
- P. Le Roux (1995), *Romains d’Espagne. Cités et politique dans les provinces*. Paris, Armand Colin.
- M. A. Marin Díaz (1988), *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada, Universidad de Granada.
- F. Martín (2003), “Sobre el significado de Provincia” in C. Alonso del Real et al., eds., *Vrbs Aeterna. Roma entre la Literatura y la Historia*. Pamplona, Eunsa: 593-609.
- V. G. Mantas (2004), “A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana”, *Conimbriga* 43 63-83.
- V. G. Mantas (2006), Cidadania e estatuto urbano na *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha)”, *Biblos*, nova série, 4 42-92.
- G. Picard (1964), *Empire Romain*. Friburgo, Office du Livre.
- A. Quintela et al. (1986), *Aproveitamentos hidráulicos romanos no sul de Portugal*. Lisboa, Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.
- S. Settis (2002), *Le pareti ingannevoli. La villa di Livia e la pittura di giardino*. Milão, Electa.
- M. Wheeler (1964), *Roman Art and Architecture*. Londres, Thames and Hudson.